



ISSN: 1984-6266

Escolhas Contábeis e ativos biológicos: Categorização por intermédio do CPC 29

Luciane Dagostini

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
lu.dagostini2020@gmail.com

Lucas Diego Tocchetto

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
lucastocchetto@hotmail.com.br

Pamila Eduarda Balsan Colla

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
pami_eduarda@hotmail.com

Recebimento:

26/05/2020

Aprovação:

20/10/2020

**Editor responsável pela
aprovação do artigo:**

Dra. Nayane Thays Kespi Musial

**Editor responsável pela edição do
artigo:**

Dra. Nayane Thays Kespi Musial

Avaliado pelo sistema:

Double Blind Review

A reprodução dos artigos, total ou parcial,
pode ser feita desde que citada a fonte.

Resumo

No contexto brasileiro, o agronegócio além de ser um setor eficiente e competitivo é uma atividade próspera, segura e rentável, acendendo excelentes oportunidades de investimento. Diante deste cenário, esta pesquisa teve como objetivo verificar quais são as escolhas contábeis, referente a ativos biológicos, realizadas pelas empresas do setor de Consumo Não Cíclico, dos segmentos de Agricultura, Açúcar e Álcool e Carnes e Derivados da bolsa de valores brasileira B3. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos empregados, classifica-se como descritiva, com a abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de procedimento documental, baseada nas informações das demonstrações financeiras e notas explicativas publicadas pelas empresas. A análise desta pesquisa percorreu por três categorias provenientes do CPC 29, organizando as informações coletadas em tópicos referentes à caracterização resultante em: reconhecimento e mensuração, perdas e ganho e divulgação. Como resultado evidenciou-se que na categoria de reconhecimento e mensuração, as empresas analisadas avaliam, em sua maioria, os ativos pelo seu valor justo e identificou-se dificuldades em evidenciar os agrupamentos realizados pelas companhias. Na categoria reconhecimento de perdas e ganhos, a metade das empresas não realizam tal reconhecimento, sendo que as demais reconhecem as perdas e ganhos nos momentos de avaliação do valor justo e quando ocorrem a redução ou aumento da receita. A categoria de divulgação foi a menos cumprida pelas empresas, sendo que apenas três das dez empresas fizeram a distinção de grupo em consumíveis e para produção, ou em maduro e imaturo.

Palavras-chave: Escolhas Contábeis. Ativo Biológico. CPC 29.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTABILIDADE
MESTRADO E DOUTORADO

DOI:

<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v12i1.74059>

ACCOUNTING CHOICES AND BIOLOGICAL ASSETS: CATEGORIZATION THROUGH CPC 29

ABSTRACT

In the Brazilian context, agribusiness, in addition to being an efficient and competitive sector, is a prosperous, safe and profitable activity, sparking excellent investment opportunities. Given this scenario, this research aimed to verify which are the accounting choices, regarding biological assets, made by companies in the Non-Cyclical Consumption sector, in the Agriculture, Sugar and Alcohol and Meat and Derivatives segments of the Brazilian stock exchange B3. With regard to the methodological procedures employed, it is classified as descriptive, with a qualitative approach, developed through a documentary procedure, based on information from the financial statements and explanatory notes published by the companies. The analysis of this research went through three categories from CPC 29, organizing the information collected in topics related to the resulting characterization in: recognition and measurement, losses and gain and disclosure. As a result, it was evident that in the recognition and measurement category, the analyzed companies evaluate, in their majority, the assets at their fair value and difficulties were identified in showing the groupings made by the companies. In the category of recognition of losses and gains, half of the companies do not perform such recognition, while the others recognize losses and gains when the fair value is assessed and when there is a reduction or increase in revenue. The disclosure category was the least fulfilled by the companies, with only three of the ten companies distinguishing the group in consumables and for production, or in mature and immature.

Keywords: Accounting Choices. Biological Assets. CPC 29.

1 Introdução

A prática da “escolha” é realizada pelas pessoas independentemente do contexto em que estão inseridas ou do ambiente em que se encontram. Em relação à contabilidade não é diferente, mesmo sendo uma área normatizada existem possibilidades de múltiplas escolhas contábeis (Melillo, Bragança & Medeiros, 2019). Em que a flexibilização é fornecida pelas normas contábeis, que possibilitam o uso de escolhas contábeis para a elaboração das demonstrações contábeis e para divulgações aos usuários externos. De certa forma, as escolhas contábeis representam a discricionariedade quanto às políticas contábeis adotadas pela empresa, podendo ou não, representar uma evidenciação mais próxima da realidade (Colla, Klein & Zanchet, 2019).

As escolhas contábeis são opções existentes nos critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação da informação contábil. A maioria das pesquisas as direcionam para figura dos gestores, entretanto, elas estão ligadas às partes interessadas: como os acionistas, auditores, órgãos reguladores, membros do comitê de auditoria, entre outros. Considerando que as escolhas contábeis consistem na opção de determinado (s) método (s) em detrimento a outros (Watts, 1992), que possam vir a afetar os resultados contábeis da empresa (Field, Lys & Vincent, 2001; Francis, 2001). Ficando assim estabelecida a existência de discricionariedade perante as opções igualmente aceitas, que podem ser benéficas ou não para a empresa, sendo balizadas pela intenção do tomador de decisão.

Diante disto e em determinadas situações, a discricionariedade é benéfica e necessária, considerando uma perspectiva global em um ambiente empresarial dinâmico, com disparidades de características sociais, legais, regulatórias, entre outras. Características estas, que por sua vez, podem inviabilizar ou impedir a uniformidade das normas contábeis, ou ainda demandar de vários tratamentos contábeis considerando o tipo do negócio desenvolvido (Jaafar & McLeay, 2007; Nobes, 2013; Mendes da Silva, Martins & Lemes, 2016).

Em contrapartida, a discricionariedade pode enveredar para uma seara que não seja benéfica, quando as decisões tomadas são direcionadas para outros objetivos nas demonstrações financeiras, que não convirjam

com a representação fidedigna (Mendes da Silva, Martins & Lemes, 2016). Decisões estas que podem estar atreladas ao comportamento oportunista dos gestores, ou influenciadas por outras variáveis que afetam no resultado da atividade, como o gerenciamento de resultados e assimetria informacional (Watts, 1992; Fields, Lys & Vincent; 2001), que interferem no grau de comparabilidade das informações contábeis (Botinha, *Nganga* & Tavares, 2017).

No entanto, é possível identificar a existência de possibilidades de escolhas contábeis relacionadas ao tratamento contábil trazido pelas normas internacionais. Entretanto, o IASB por meio das revisões normas internacionais de contabilidade, tem buscado promover melhorias e maior robustez das normas. Buscando orientar para o tratamento contábil mais assertivo e ao encontro de resultados de experiências anteriores de estudos desenvolvidos no meio acadêmico e por órgão contábeis (Botinha, *Nganga* & Tavares, 2017).

Tendo em vista a existência da IAS nº 41 – Agriculture, e seguindo a lógica da convergência às normas e padrões internacionais de contabilidade, o Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu em 2009 o pronunciamento técnico 29, que visa regulamentar os tratamentos contábeis referentes à mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas (Talaska & Oliveira, 2017). Seu principal objetivo concerne em “estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas” (CPC 29, 2009, pg. 01). De acordo com este pronunciamento, os ativos biológicos são compostos por animais ou plantas vivas, desde o seu nascimento ou plantio até o ponto de abate ou colheita (Cunha, Martins & Machado 2013). Concomitante a esta normativa, surgiu a obrigatoriedade de contabilização da transformação (evolução) biológica dos animais e plantas destinadas a comercialização nas demonstrações contábeis destas empresas.

Este cenário normativo, configura-se como um desafio à aplicabilidade do CPC 29, tanto para as empresas que atuam no ramo do agronegócio quanto para os profissionais contábeis. Considerando as possibilidades de escolhas contábeis relacionadas a mensuração, divulgação e evidência dos ativos biológicos (Cavalheiro, Gimenes & Binotto, 2019).

Botinha, Santos e Lemes (2013) desenvolveram um comparativo entre as companhias abertas brasileiras analisando as escolhas contábeis e como estas afetam o grau de comparabilidade dos relatórios financeiros. Já, Da Cunha, Martins e Machado (2013) analisaram a relevância da adoção do valor justo para a mensuração dos ativos biológicos em empresas brasileiras do setor do agronegócio. Wanderley, Silva e Leal (2012) analisaram as principais empresas do agronegócio brasileiro, avaliando o grau de observância das disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 29, em relação dos ativos biológicos e produtos agrícolas.

Talaska e Oliveira (2017) fizeram uma análise pós-adoção do valor justo. Cavalheiro, Gimenes e Binotto, (2019) verificaram se as escolhas contábeis na mensuração de ativos biológicos estão associadas ao perfil dos profissionais preparadores das demonstrações financeiras. Encontraram uma associação significativa entre o tempo de experiência do profissional na mensuração de ativos biológicos e as escolhas contábeis relativas à avaliação desses ativos.

Considerando o exposto, a presente pesquisa buscar responder a seguinte questão de pesquisa: Quais as escolhas contábeis, referentes aos ativos biológicos, são realizadas em empresas brasileiras de capital aberto? Por conseguinte, o objetivo desta pesquisa concentra-se em verificar quais são as escolhas contábeis, referente a ativos biológicos, realizadas pelas empresas do setor de Consumo Não Cíclico, dos segmentos de Agricultura, Açúcar e Alcool e Carnes e Derivados da bolsa de valores brasileira B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

É importante frisar que, com a convergência da contabilidade aos padrões internacionais, as empresas divulgam as informações contábeis com maior uniformidade, fato este que deveria proporcionar melhor interpretação e comparabilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis. Porém, mesmo com a convergência às normas internacionais, ainda persistem diferenças significativas de comparabilidade (Barth, Landsman, Lang & Williams, 2012), devido ao fato que alguns pronunciamentos contábeis permitem mais de uma alternativa igualmente válida para a contabilização de fatos econômicos, dentre estes o CPC 29. Fato este

que precede diferentes tratamentos contábeis de mensuração, reconhecimento e divulgação para um mesmo evento contábil (Bayerlein & Al Farooque, 2012).

Neste contexto, torna-se relevante a abordagem do estudo das escolhas contábeis no sentido de evidenciar as escolhas contábeis feitas nas elaboração das demonstrações financeiras, bem como as variações provocadas por elas. Justifica-se a realização desta pesquisa, devido ao fato de que a maioria das pesquisas que abordam escolhas contábeis centram-se na sua discussão sob a ótica da Teoria Positiva, no comportamento oportunista dos gestores, com gerenciamento de resultados, assimetria informacional, dentre outros. E, esta pesquisa centra-se em apurar quais as escolhas contábeis provenientes do CPC 29 são utilizadas pelas empresas do setor de Consumo Não Cíclico da B3.

2 Referencial Teórico

2.1 Ativo biológico e produto agrícola – pronunciamento técnico CPC 29

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola é baseado na IAS 41 – Agriculture, tendo como objetivo de estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas. Desta forma, empresas que possuem ativos biológicos ou produto agrícola em suas atividades devem atender as orientações mencionadas neste pronunciamento.

Cabe ressaltar que este pronunciamento não se refere ao tratamento dos processos dos produtos agrícolas após a sua colheita, como por exemplo o processamento do leite para a produção de queijos, por laticínios, mesmo que este tenha produzido e ordenhado o leite, que é tratado pelo CPC 16 – Estoques (CPC 29, 2009; Wanderley, Silva & Leal, 2012). O CPC 29 relata definições para Ativos Biológicos e Produto agrícola, sendo que os ativos biológicos são animais ou planta vivos, desde o seu nascimento ou plantio, até o seu abate ou ponto de colheita, em que posteriormente após a colheita ou o abate do ativo biológico estes passam a ser classificados como produto agrícola (CPC 29, 2009).

Um dos principais pontos trazidos pelo CPC 29 está relacionado ao reconhecimento e a mensuração destes ativos, nele orienta-se reconhecer o ativo biológico somente quando a empresa controla o ativo como resultado de eventos anteriores; quando o ativo trouxer benefícios econômicos futuros em prol da entidade e o reconhecimento pode ser feito pelo valor justo, ou ainda quando o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente (CPC 29, 2009).

Referente ao reconhecimento dos ativos biológicos, é importante ressaltar que o pronunciamento admite a opção de que quando não é confiável o reconhecimento do ativo biológico pelo valor justo, e não se tem um mercado ativo, pode-se reconhecer pelo valor de seu custo. Essa situação pode ser explicada pelo fato de que esse ativo, por ser um ser vivo, possui transformações ao passar do tempo (crescimento, engorda, etc.). Com isso, se tem a necessidade de fazer este reconhecimento da maneira que melhor se adequa aos benefícios econômicos da empresa (Botinha, Santos & Lemes, 2013). Caso haja mercado ativo deve-se reconhecer o ativo biológico ou o produto agrícola, considerando a sua localização e condições atuais, pelo valor cotado neste mercado sendo este o valor base para mensuração do valor justo (Wanderley, Silva & Leal, 2012).

O valor do ganho ou da perda, oriundo da transformação do ativo biológico no decorrer do seu desenvolvimento, deve ser reconhecido pelo valor justo menos as despesas com a venda dos ativos biológicos (CPC 29, 2009). A mensuração do ativo biológico pode ser realizada pelo seu valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto quando o valor justo não possui confiabilidade, ou seja, não retratará o real valor do ativo no momento. Sendo assim, o CPC 29 disponibiliza a opção de mensurá-lo pelo valor de custo menos qualquer depreciação e perda por irreversibilidade acumuladas. A mensuração do produto agrícola pode seguir as mesmas considerações dentro de suas características (CPC 29, 2009).

Quando se é mensurado o ativo biológico ou produto agrícola pelo custo, este por vezes, pode se aproximar do valor justo e vice e versa. Isto ocorre quando há uma pequena transformação biológica no momento inicial até o encerramento do período, como por exemplo árvores frutíferas que são plantadas por mudas ou sementes, no período imediatamente anterior ao do encerramento das demonstrações contábeis. Ou ainda, quando não se espera que o impacto da transformação do ativo sobre o preço seja material, como por exemplo o desenvolvimento de plantações de pinos que tem um ciclo de produção de até 30 anos, nestas situações as demonstrações podem apresentar classificações de consumíveis ou não consumíveis (CPC 29, 2009).

Portanto, a divulgação dos ativos biológicos e produtos agrícolas possuem algumas exigências que são: a) divulgação dos ganhos e perdas do período corrente referentes às variações no valor justo; b) descrição de cada grupo de ativos biológicos; c) descrição da natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos; d) mensurações ou estimativas não financeiras de quantidade físicas de cada grupo de ativos biológicos no final do período e da produção agrícola durante o período; e) evidenciação do método e das premissas significativas aplicados na determinação do valor justo; f) conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente (Scherer, Munhoz & Roth, 2014).

Mesmo havendo indicativos de dificuldades de interpretação e compreensão do CPC 29, estudos tem demonstrado que as empresas estão evoluindo na adoção da norma em sua escrituração contábil (Barros et al., 2013; Macedo, Campagnoni & Rover, 2016; Nogueira & Pires, 2017). Evidenciando assim, uma tendência de apresentar as demonstrações financeiras mais completas a seus usuários externos (Macedo, Campagnoni & Rover, 2016), considerando que a sua utilização pode estar vinculada a discricionariedade das partes interessadas.

2.2 Escolhas Contábeis

Uma escolha contábil pode ser definida como uma decisão que tem por objetivo influenciar a elaboração das informações contábeis. Essa decisão, quando tomada afeta não somente as informações financeiras, mas reflete também nas declarações fiscais e documentos regulatórios (Andrade, Silva & Malaquias, 2013). Para Fields, Lys e Vincent, (2001, p. 256) uma escolha contábil “é qualquer decisão cuja finalidade seja influenciar [...] a saída do sistema contábil de uma maneira particular, incluindo não somente as demonstrações financeiras publicadas [...], mas também as declarações de imposto e os relatórios exigidos por lei”.

Com a aprovação dos Pronunciamentos Contábeis no Brasil, os quais foram criados para unir esforços com International Accounting Standards Board (IASB), surgiu a flexibilização de algumas normas, as quais possibilitam diferentes escolhas para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos usuários externos (da Silva, Martins & Lemes, 2016). Cabendo destacar, que o IASB não teve a intenção de oportunizar as escolhas contábeis, todavia, declara como legais as escolhas contábeis contidas na Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), com o propósito de que essas opções sejam minimizadas para aperfeiçoamento da norma (Botinha, Santos & Lemes, 2013).

Por conseguinte, mesmo havendo a adoção das IFRS, as quais apresentam o objetivo de criar padrões que harmonizem os documentos contábeis, as opções contábeis explícitas e implícitas, as interpretações e a necessidade de estimativas fornecem ao meio contábil alternativas de escolhas em suas práticas (Haller & Wehrfritz, 2013). Para Jaafar e Mcleay (2007, p.157) esta “diversidade na contabilidade é resultado natural de variadas circunstâncias de negócios, que, por necessidade, podem exigir diferentes tratamentos contábeis.

Esta flexibilização fornecida pelas normas contábeis é necessária para assegurar que as representações das informações contábeis sejam fidedignas e mais próximas da realidade vivenciada pelas empresas. No entanto, existem gestores que se utilizam das diferentes práticas contábeis na busca de outros

objetivos (da Silva, Martins & Lemes, 2016). Nas últimas décadas as escolhas contábeis têm sido objeto de estudos, os quais buscam contribuir para a consolidação da teoria das escolhas contábeis, entretanto, a diversidade dos motivos que influenciam tais escolhas, tem dificultado a concretização de uma teoria amplamente aceita (Collin, Tagesson, Andersson, Cato & Hansson, 2009).

As escolhas contábeis compreendem itens tais como: mudanças de práticas ou estimativas contábeis, escolhas do momento de adoção de uma nova norma contábil (sob critérios dos órgãos reguladores), escolhas de métodos diferentes entre empresas e indústrias, escolhas de diferentes níveis de evidenciação e escolhas reais com o objetivo de influenciar os números contábeis (Silva, 2008). Podem ser verificadas nos CPCs e por sua vez influenciam: na mensuração dos ativos como por exemplo: os estoques, investimentos, imobilizados, reconhecimentos de eventos no balanço patrimonial, depreciação, destacando ainda a influência direta nos níveis de divulgação das informações (da Silva, Martins & Lima, 2018). É importante ressaltar que as escolhas contábeis podem variar de empresa para empresa devido a incentivo econômico e legislações diferenciadas para determinados segmentos (da Silva, Martins & Lima, 2018)

Em síntese, as escolhas contábeis impactam nas informações contábeis e podem influenciar na comparabilidade destas informações (Barth et al., 2012). Caso empresas do mesmo segmento e porte optarem por formas de mensuração diferentes, os usuários externos podem ter dificuldades para realizar a comparabilidade das mesmas (Botinha, Santos & Lemes, 2013).

Em observação a literatura pertinente as escolhas contábeis e com relação ao CPC 29 – Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, apresentam-se estudos com diferentes tratamentos e análises. Sendo o estudo de Wanderley, Silva e Leal (2012) que avaliaram o grau de observância das disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 29, em relação aos ativos biológicos, em três grandes empresas do agronegócio brasileiro: JBS, Brasil Foods e Marfrig Group. Os resultados evidenciaram a necessidade de uma postura mais atuante das empresas frente as exigências do CPC 29.

O nível de evidenciação nas empresas listadas na B3 conforme as normas do CPC 29 foram estudadas por Talaska e Oliveira (2017), com uso de checklist com 25 itens, no intuito de mensurar o nível de evidenciação no período de 2011 a 2013. Concluíram que existe uma grande variação na divulgação entre as empresas e que nenhuma das empresas atendeu na totalidade os preceitos propostos pelo CPC 29. Ressaltam que não houve evolução no nível de evidenciação no período analisado, tendo apenas uma pequena variação quando comparado a pesquisa desenvolvida por Barros et al., (2013), realizada com dados dos anos de 2008 e 2010. Já, Macedo, Campagnoni e Rover (2016), evidenciaram aumento de conformidade com o CPC 29, considerando o período de 2010 a 2013 e Nogueira e Pires (2017) também evidenciaram aumento na divulgações nos anos de 2014 e 2015.

Quanto as práticas de escolhas contábeis na mensuração dos ativos biológicos nas empresas brasileiras listadas, Botinha, Santos e Lemes (2013), evidenciaram o impacto das escolhas contábeis aplicadas à mensuração dos ativos biológicos e ao valor justo nas empresas brasileiras de capital aberto após a adoção da IFRS. Observaram a forma de mensuração dos ativos biológicos, se foi pelo valor justo ou pelo custo histórico no período de 2008 a 2012. Concluíram que as empresas analisadas apresentavam a mensuração pelo custo antes da adoção do CPC 29 e passaram a mensurar ao valor justo após a sua adoção, havendo assim uma mudança significativa de valores.

Barros et al., (2013) buscou analisar o impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos levando em consideração as empresas listadas na B3, no exercício de 2008 a 2010. Concluíram que a aplicação do CPC 29 apresentou forte impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos. Constataram que as informações sobre os ativos biológicos disponibilizados nas notas explicativas são insuficientes para a compreensão da real situação desses ativos. Porém, Macedo, Campagnoni e Rover (2016), verificaram nas empresas brasileiras que possuem ativos biológicos, que o nível de conformidade com o CPC 29 está relacionado com características empresariais. Evidenciando um aumento significativo no nível de conformidade das empresas com o pronunciamento técnico CPC 29 ao longo do tempo.

A análise da evidenciação, antes e depois, do CPC 29 sobre a mensuração de ativos biológicos foi estudada por Figueira e Ribeiro (2015), que verificaram o comportamento das evidenciações sobre a mensuração destes ativos no período de 2008 a 2012, levando em consideração as informações sobre os ativos biológicos de 30 companhias listadas na B3. Constataram que ainda são escassas as informações evidenciadas a respeito das premissas utilizadas na determinação do valor justo pela metodologia de fluxo de caixa descontado, apesar de ser o mais usual. Compreendendo assim, que as empresas possuem um certo grau de subjetividade na mensuração dos ativos biológicos.

3 Procedimentos Metodológicos

O delineamento metodológico da pesquisa quanto ao seu objetivo caracteriza-se como descritiva, uma vez que descreve os aspectos e comportamentos de uma determinada população observada (Raupp & Beuren, 2009), reportando as escolhas contábeis realizadas pelas empresas sujeito da amostra quanto aos seus ativos biológicos. Quanto a abordagem do problema, classifica-se como qualitativa, sendo empregada na análise das informações levantadas dos sujeitos da pesquisa.

O procedimento da pesquisa é classificado documental, em que se utilizou as notas explicativas e os balanços patrimoniais referentes ao ano calendário de 2018, divulgadas pelas empresas objeto de estudo. As empresas analisadas apresentam atividades de agricultura, zootecnia e culturas permanentes, justificando a utilização do CPC 29 na contabilização de seus fatos contábeis. A definição da amostra resultou da observação aos setores da B3 e dos segmentos que apresentassem as atividades supracitadas. Na tabela 1 é detalhado o processo da seleção da amostra.

Tabela 1. Seleção da amostra de empresas listadas na B3

Etapas de seleção das empresas	Nº de Empresas
Empresas listas no setor Consumo não Cíclico	25
(-) Eliminação por escolha de segmentos	(12)
(=) Empresas que compõem os segmentos Agricultura, Açúcar e Álcool e Carnes e Derivados	13
(-) Empresas não listadas no nível de governança corporativa Novo Mercado	(3)
(=) Total de empresas da amostra	10

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Em análise aos setores da B3, identificou-se que empresas listas no setor de Consumo Não Cíclico atendiam as características almejadas pela pesquisa. Este setor é composto por 25 empresas de diferentes atividades, sendo divididas em 8 setores distintos. Optou-se então por escolher os setores que apresentassem maior alinhamento com as características das atividades de agricultura, zootecnia e cultura permanente (aplicável ao CPC 29), resultando em 3 setores, sendo eles: I) Agricultura, II) Açúcar e Álcool, e III) Carnes e Derivados, perfazendo um total de 13 empresas pré-selecionadas. Visando a qualidade e transparência das informações a serem analisadas, foram selecionadas as empresas listadas no melhor nível de governança corporativa, nível Novo Mercado. Diante destes critérios de seleção restaram 10 empresas. Sendo apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2: Empresas Selecionadas

Setor	Segmento	Empresas
Consumo Não Cíclico	Agricultura	BRASILAGRO - CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS
		POMIFRUTAS S/A
		SLC AGRICOLA S.A.
		TERRA SANTA AGRO S.A.

Açúcar e Álcool	BIOSEV S.A.
	SAO MARTINHO S.A.
Carne e Derivados	BRF S.A.
	JBS S.A.
	MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
	MINERVA S.A.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os demonstrações financeiras analisadas foram coletados no website da B3, conjuntamente foi baixado o programa Empresa.Net versão 15.0.0, disponibilizado no website da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para operacionalizar a comparação das demonstrações financeiras. A coleta das informações analisadas se deu por meio da criação de um checklist advindo das escolhas contábeis presentes no CPC 29 (2009). Em que foi levado em consideração a palavra “pode” para classificar uma escolha contábil, no texto do referido CPC. Após a coleta das informações, estas foram classificadas em categorias e passaram pela técnica de análise de conteúdo por categorização (Bardin, 2009). A síntese da formulação do Checklist e da categorização das informações é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3: Categorização das Escolhas Contábeis segundo o CPC 29.

Categorias	Itens do CPC 29	Escolha Contábil	
Reconhecimento e mensuração	10 c	Reconhecimento por Custo Histórico do Ativo	Valor Justo do Ativo
	15	Agrupamento de contas de estoque	Sem Agrupamento de Contas de Estoque
Ganhos e perdas	27	Reconhecimento inicial da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Zootécnica	Reconhecimento no Final da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Zootécnica
	29	Reconhecimento inicial da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Agricultura	Reconhecimento no Final da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Agricultura
Divulgação	43- 44- 45	Distinção de grupos de Ativos Biológicos (maduros e imaturos)	Sem distinção de grupos de Ativos Biológicos (maduros e imaturos)
	43-44-45	Distinção de Fase das Ativos Biológicos	Sem Distinção de Fase das Ativos Biológicos

Fonte: dados da pesquisa (2019)

As limitações do método consistem em uma amostra escolhida por conveniência e informações secundárias, as quais são fornecidas pelas empresas nas notas explicativas e balanços patrimoniais. Buscando maior profundidade na análise realizada, também foram ponderadas informações adicionais as escolhas contábeis, sendo elas, as orientações constantes nos itens 12 (custo próximo ao valor de mercado) e 24 (a extinção de contas redutoras, como despesas com vendas dos ativos biológicos) do CPC 29.

4 Análise dos Dados

4.1 Caracterização da amostra

O estudo foi realizado com base em três setores relacionados ao Setor Não Cíclico apresentado na Bolsa, sendo eles: agricultura; açúcar e álcool e carnes e derivados, analisando assim apenas as empresas enquadradas no segmento de listagem do novo mercado. Dentre as empresas analisadas no segmento da agricultura, a BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, a Pomi Frutas S.A., SLC Agrícola S.A. e Terra Santa Agro S.A.

A empresa BrasilAgro foi constituída no ano de 2005 e tem como principais atividades a exploração de atividade agrícola, pecuária e florestal de qualquer espécie e natureza e prestação de serviços direta ou indiretamente relacionados; importação e exportação de produtos e insumos agrícolas e relacionados à atividade pecuária; compra, venda e/ou locação de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas; intermediação em operações de natureza imobiliária de quaisquer tipos; participação, como sócia, em outras sociedades (B3, 2019).

Em 1962, foi constituída a empresa Pomi Frutas S.A., que tem como atividade preponderante o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Também possui atividades secundárias como o florestamento e o reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal e florestal, nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens. Além de prestação de serviço nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais (B3, 2019).

A SLC Agrícola S.A. foi fundada no ano de 1977, atualmente com sede no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Com o passar dos anos a SLC Agrícola S.A se tornou uma das maiores produtoras mundiais de grão e fibras, tendo como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; e participação em outras sociedades; aluguel de imóveis próprios (B3, 2019).

A Terra Santa Agro S.A. foi constituída sob a dominação de Brasil Comercio de Óleos e Vegetais Ltda, no ano de 2003, localizada no estado de São Paulo. Esta empresa explora a atividades agrícolas e tem como principal produção as culturas de soja, milho e algodão. As suas atividades compreendem o cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização, a comercialização de insumos agropecuários, o beneficiamento do algodão em caroço com produção própria e de terceiros, prestação de serviço de armazenagem de produtos agrícolas. Suas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas e de terceiros sob regime de parceria agrícola (B3, 2019).

Referente ao subsetor de açúcar e álcool, foram analisadas as empresas Biosev S.A. e São Martinho S.A.. A empresa Biosev S.A está localizada no estado de São Paulo. Têm como atividades preponderantes a produção, o processamento e a comercialização de produtos rurais e agrícolas, principalmente de cana-de-açúcar e seus derivados; o desenvolvimento de atividades agrícolas em terras próprias ou de terceiros; a exportação, a importação e a comercialização de derivados do petróleo, lubrificantes, combustíveis, graxas e álcool etílico hidratado; a compra, a venda, a importação e a exportação de produtos de origem agrícola e seus derivados; a geração e a comercialização de energia e derivados provenientes de cogeração de energia (B3, 2019).

A São Martinho S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no estado de São Paulo, têm como atividade o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais

derivados da cana-de-açúcar; a cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresa ligada e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros (B3, 2019).

O subsetor da pecuária compreendeu quatro empresas que são elas: BRF S.A., JBS S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Minerva S.A.. A BRF S.A é uma multinacional brasileira que surgiu através da fusão de duas empresas, Perdigão e Sadia, no ano 2003 deu origem a um dos maiores complexos agroindústrias do mundo. A companhia tem como principais atividades o processamento de bovinos: abate, frigorificação, industrialização e produção de conservas e subprodutos derivados de carnes, industrialização, beneficiamento e comercialização de couros, produção e comercialização de latas de aço, resinas plásticas, massa base para produção de sabão e sabonete, sabão e sabonete em barra, biodiesel, glicerina, oleína, ácido graxo, colágeno e envoltório derivado de tripa bovina; gerenciamento de resíduos industriais; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; operações próprias de transporte; prestação de serviço de industrialização de biscoito para cães; venda direta ao consumidor de carnes e itens correlatos através de lojas denominadas "Mercado da Carne"; produção, cogeração e comercialização de energia elétrica e centros de distribuição e terminais portuários (B3, 2019).

Marfrig Global Foods é uma companhia de capital aberto que possui 22 unidades de abate, 12 unidades de processamento e oito centros de distribuição instalados no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Estados Unidos, na data da pesquisa a empresa encontra-se como uma das líderes na produção de carne bovina no mundo. As atividades da empresa se dividem em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de produtos à base de proteína animal (bovinos, ovinos e peixes) (B3, 2019).

A Minerva Foods S.A. é uma das líderes em produção e comercialização de carne in natura e seus derivados, exportação de gado vivo, além de atuar no processamento de carne na América do Sul, tem sua sede fixada na cidade de Barretos – São Paulo. Suas atividades compreendem o abate e processamento de carnes; comercialização de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas; e exportação de gado vivo (B3, 2019).

4.2 Categoria Reconhecimento e mensuração do ativo biológico

A Tabela 4 demonstra as escolhas contábeis do CPC 29 realizadas pelas empresas no item 10(c) - mensuração do Ativo biológico ao seu valor justo ou pelo custo histórico. Apresentando as escolhas contábeis relacionadas ao reconhecimento dos ganhos e perdas dos ativos mencionados no CPC 29, nos itens 27 e 28.

Tabela 4: Escolhas contábeis: Reconhecimento e mensuração.

Setor	Empresas	Escolhas Contábeis		Informações Adicionais	
		Escolha 1- Referente ao método	Escolha 2- Agrupamento de contas	Escolha 1- Referente ao Custo	Escolha 2- Agrupamento de contas
Agricultura	Brasilagro	VJ**	SIM	Agricultura: Fluxo de Caixa Descontado Pecuária: Valor de Mercado	Agrupamento por Atividade
	Pomifrutas	CH*	SIM	Custo Médio	Agrupamento pelo Produto
	SLC Agrícola	VJ**	SIM	Fluxo de Caixa Descontado	Agrupamento por Atividade
	Terra Santa Agro	VJ**	SIM	Rentabilidade Futura estimada	Agrupamento por Atividade

Escolhas contábeis e ativos biológicos: categorização por intermédio do CPC 29.

Açúcar e Alcool	Biosev	VJ**	SIM	Fluxo de Caixa Descontado	Apenas um Produto
	São Martinho	VJ**	SIM	Fluxo de Caixa Descontado	Apenas um Produto
Carne e Derivados	BRF	VJ**	SIM	Animais: Técnica <i>cost approach</i> Floresta: Fluxo de Caixa descontado	Agrupamento por Atividade
	JBS	VJ**	SIM	valor de mercado, ciclo de vida médio, período de postura de ovos, e de reprodução	Agrupamento por Atividade
	Marfrig Global Foods	CH*/VJ**	SIM	Bovinos: <i>Mark to Market</i> – MtM Aves: Custo de Aquisição	Agrupamento por Atividade
	Minerva	VJ**	SIM	<i>Mark to market</i> - MtM.	Agrupamento por Atividade

Fonte: Dados da pesquisa

CH- Custo Histórico, **VJ – Valor Justo

Observando o disposto no CPC 29, item 10 – c, o ativo biológico deve ser reconhecido pelo seu valor justo ou custo, quando puder ser mensurado confiavelmente. Considerando esta orientação, pode-se observar que a maioria das empresas cumprem com os requisitos do pronunciamento. Porém, dentre as 10 empresas analisadas foi possível identificar que a Pomi Frutas S.A., optou por mensurar seus ativos biológicos pelo valor do custo médio de aquisição. Pois, entende-se por meio das notas explicativas, que para a apuração do custo do produto vendido leva-se em conta que nos primeiros seis meses do ano, toda a fruta recebe somente o custo do pomar, não agregando assim os custos de armazenagem, classificação e embalagem, justificando assim esta escolha. Haja visto que após a colheita, o produto agrícola passa a ser estoque, normatizado pelo CPC 16.

Já, a empresa Marfrig Global Foods mensura seus ativos biológico levando em consideração as duas opções existente no CPC 29. Desta forma, o produto gado bovino é mensurado com base no conceito do método mercado a mercado (*Mark to Market* – MtM). Levando em consideração as cotações da arroba do boi/vaca disponível no mercado e reconhecendo os efeitos dessa valorização diretamente no resultado. Já, as aves produzidas pela Marfrig Global Foods, estão mensuradas pelo valor de formação, justificando essa avaliação fato de o produto não possuir cotação de mercado nesta fase. E, o custo de formação das aves se aproxima do seu valor justo e o item 24 do CPC 29, prevê que em algumas vezes o custo pode se aproximar do valor justo, quando há uma pequena transformação biológica. As demais empresas mensuraram seus ativos biológicos pelo valor justo.

Na análise das notas explicativas notou-se que utilizam alguns métodos para chegar ao valor justo, destacando-se assim o método de fluxo de caixa descontado, valor de mercado, rentabilidade estimada, técnica de *cost approach* (que representa um montante próximo ao custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida). Segundo o CPC 29, deve-se reconhecer os ativos biológicos pelo valor justo ou pelo custo, quando este possa ser mensurado confiavelmente. Porém ao realizar o reconhecimento pelo valor justo deve-se verificar se o ativo possui um mercado ativo, do contrário, é preciso verificar se os métodos utilizados para o reconhecimento do ativo são de fato claros e confiáveis.

O CPC 29 (2009) também orienta que para facilitar a mensuração do ativo pelo valor justo, pode-se fazer agrupamento dos produtos levando em consideração, por exemplo, a idade ou qualidade. Este item não ficou claro nas demonstrações contábeis analisadas, pelo fato de as informações serem elaboradas de forma muito sintéticas. Para uma melhor avaliação, seria necessário analisar as contas analíticas, o que possibilitaria uma melhor visualização dos agrupamentos. Para este item foi levado em consideração a análise das notas

explicativas, em que abordavam as explicações do estoque. Com isso foi possível perceber que as empresas fazem esse agrupamento por atividades, como: Agricultura e Pecuária; e outras por produto, exemplo: Frango, Bovinos, Soja, Milho e etc.

4.3 Categoria Ganhos e Perdas do ativo biológico

Os ganhos ou perdas podem ocorrer no reconhecimento inicial do ativo biológico, como por exemplo, com o nascimento ou morte de um bezerro. Neste caso, foi possível perceber que a metade das empresas analisadas não deixam claro em suas notas explicativas, o momento do reconhecimento da perda ou ganho de seus ativos biológico, inclusive algumas destas empresas nem mencionam se é ou não realizado este reconhecimento. Sendo as empresas: Pomifrutas S.A., SLC Agrícola S.A., BRF, Minerva e Biosev. Caso uma empresa venha a não reconhecer os ganhos e perdas de seus ativos, está predestinada a possuir severas perdas financeiras pela falta de gestão e controle. Já, as empresas JBS S.A. e Marfrig Global Foods S.A., reconhecem o ganho ou perda no resultado do período em que ocorreu a redução ou aumento na receita bruta, oriundo da variação do valor justo dos ativos biológicos.

A Brasil Agro S.A., a Terra Santa Agro S.A. e São Martinho S.A., determinam os ganhos e perdas de seus ativos biológicos pela diferença do valor justo e os custos incorridos com o plantio e os tratos culturais dos ativos até o momento da avaliação, no resultado do exercício. Na Tabela 5 é demonstrado em que momento a empresa reconheceu o ganho ou a perda de seus ativos biológicos.

Tabela 5: Escolhas contábeis: reconhecimento de perda ou ganho.

Setor	Empresas	Escolhas Contábeis		Informações Adicionais
		Reconhecimento inicial da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Zootécnica / Agricultura	Reconhecimento no Final da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Zootécnica /Agricultura	
Agricultura	Brasilagro		X	Reconhece no momento da avaliação
	Pomifrutas			Não deixa claro
	SLC Agrícola			Não deixa claro
	Terra Santa Agro		X	Reconhece no momento da avaliação
Açúcar e Alcool	Biosev	X	X	Reconhece porem não deixa claro
	São Martinho	X		Histórico de perdas ocorridas
Carne e Derivados	BRF			Não deixa claro
	JBS	X		Na apuração do valor justo
	Marfrig Global Foods	X		Na apuração do valor justo
	Minerva			Não deixa claro

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4 Categoria Divulgação do Ativo Biológico

Na análise das notas explicativas foi possível perceber que somente três entre as dez empresas classificam seus ativos biológicos: em maduro e imaturos ou consumíveis e não consumíveis. O CPC 29 (2009), item 43, orienta que a empresa é incentivada a fornecer uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos.

Ativos consumíveis são aqueles passíveis de serem colhidos como produto agrícola ou vendidos com ativo biológico, tem-se como exemplo os animais mantidos para produção de carne, plantação e milho, cana-de-açúcar, soja, milho e etc. Já, os ativos biológicos para produção são os demais tipos como, por exemplo, animais mantidos para produção de leite, vinhas, árvores frutíferas e etc.

Os ativos maduros e imaturos se classificam como: maduros são os ativos que atingem a condição para serem colhidos ou estão aptos para sustentar colheitas regulares, conforme Tabela 6:

Tabela 6: Escolhas contábeis: divulgação

Setor	Empresas	Escolhas Contábeis		Informações Adicionais	
		Escolha 3- Distinção de grupos de Ativos Biológicos (maduros e imaturos/ Consumíveis ou de produção)	Escolha 4- Distinção das Fase dos Ativos Biológicos (CP, PA,)	Escolha 1- Distinção de grupos de Ativos Biológicos	Escolha 2- Distinção das Fase dos Ativos Biológicos
Agricultura	Brasilagro	Sim	Não	Gado consumível Gado de Produção	Não Apresenta
	Pomifrutas	Não	Sim	Não Classifica	Classifica: Maças em formação e Floresta em formação
	SLC Agrícola	Não	Sim	Não classifica	Divulga fazes dos produtos agrícola já da pecuária não
	Terra Santa Agro	Não	Sim	Não classifica	Divulga os ativos conforme suas fazes
Açúcar e Alcool	Biosev	Não	Não	Não Classifica	Não apresenta
	São Martinho	Não	Sim	Não Classifica	Não deixa Claro
Carne e Derivados	BRF	Sim	Não	Aves e Suínos: Segregados em consumíveis e animais para produção. Os animais de abate são classificado como imaturos enquanto não atingem o peso para abate	Não apresenta

	JBS	Sim	Não	Animais para abate: maduros Reprodução maduros	Não deixa claro
	Marfrig Global Foods	Não	Não	Não Classifica	Não Classifica
	Minerva	Não	Não	Não Classifica	Não apresenta

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

As empresas Brasil Agro, BRF e JBS foram as únicas empresas que classificaram seus ativos biológicos conforme orientação do CPC 29. A empresa Brasil Agro, dispõe em suas atividades a produção pecuária em um projeto de produção e venda de bezerras de corte após o desmame. Classificando os ativos como gado consumível, demonstrando no ativo circulante os animais destinados à produção de carne. Também, classifica como gado de produção as bezerras, novilhas, novilhas prenhas, vacas prenhas, vacas crias, bezerras, novilhos e touros utilizados na condução da operação da fazenda, com a finalidade de contribuir para a geração de outros ativos biológicos, sendo que estes ativos são classificados no ativo não circulante - imobilizado.

As empresas BRF e JBS classificam os animais vivos em consumíveis e animais para produção. Os ativos consumíveis subdividem-se maduros e imaturos. Sendo os animais destinados para a produção de carne e/ou produtos processados e elaborados são classificados como imaturos, enquanto não estão em condição para o abate (CPC 29, 2009). As empresas evidenciam nas notas explicativas, que os processos de abate e produção ocorrem em um curto espaço de tempo e de forma sequencial. Por isto, somente os animais vivos transferidos para o abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para produção são aqueles que têm a função produzir outros ativos biológicos, e enquanto não atingem a idade para reprodução, são classificados como imaturo e quando apto para os ciclos produtivos classificam-se como maduros.

Foi observado também se as empresas classificam em fases do processo produtivo seus ativos biológicos. Crepaldi (2012) classifica as culturas agrícolas como culturas temporárias e culturas permanentes, em que englobam os custos primários como sementes, defensivos entre outros. Fase esta, também conhecida como produtos em formação, após o término da colheita os saldos são transferidos para a conta produto agrícola (regulamentado pelo CPC 16 - Estoques), em que são adicionados os custos da colheitas e despesas com vendas.

Porém, devido a limitação das a informação apresentadas de forma sintetizada, não foi possível identificar com clareza a metodologia utilizada pela empresa quanto a classificação das fases dos ativos biológicos. Dentre as empresas analisadas, quatro delas apresentaram informações nas notas explicativas, sendo: Pomifrutas S.A., SLC Agrícola S.A., Terra Santa Agrícola S.A., e São Martinho S.A. Estas reconhecem as fases de seus ativos biológicos, classificando-os em sua maioria como "produto em formação". Entretanto, as empresas BrasilAgro S.A., Biosev S.A., BRF S.A., JBS S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Minerva S.A., não deixaram claro em suas demonstrações esta classificação, dificultando uma análise mais aprofundada. Desta forma não foi possível verificar se a empresa obteve perdas e ganhos em seus ativos nos período analisado, o que deixa a informação contábil incompleta.

Analisou-se também se no momento da mensuração dos ativos biológicos o valor justo se aproxima do custo de formação, no CPC 29 (2009), item 24, evidencia-se que os custos de produção, algumas vezes, podem se aproximar do valor justo, principalmente quando ocorre uma pequena transformação biológica no ativo biológico desde o seu início. Como por exemplo: as árvores frutíferas brotadas a partir de sementes ou mudas plantadas no período imediatamente anterior ao de encerramento das demonstrações contábeis. Ou, quando não se espera que o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço seja material, tendo como no cultivo de pinus, que possui um ciclo de produção de aproximadamente 30 anos. Foi averiguado também, se as demonstrações das despesas com vendas estavam evidenciadas no balanço patrimonial como conta redutora no ativo ou se estas despesas eram subtraídas no momento da mensuração do valor justo dos ativos.

Tabela 7: Informações Adicionais.

Setor	Empresas	Item 24 – se custo se aproximam do valor de mercado	Para identificar um erro: Item 12- Se tiver contas redutoras (despesa de vendas) - balanço
Agricultura	Brasilagro	Valor justo se aproxima ao valor de mercado	Reconhece o valor justo menos as despesas de venda
	Pomifrutas	Empresa mensura pelo custo de formação	Não reconhece
	SLC Agrícola	Não se aproxima	Reconhece o valor justo menos as despesas de venda
	Terra Santa Agro	Valor justo se aproxima ao valor de mercado	Reconhece o valor justo menos as despesas de venda
Açúcar e Alcool	Biosev	Não se aproxima	Não consta
	São Martinho	Não se aproxima	Reconhece o valor justo menos as despesas de venda
Carne e Derivados	BRF	Valor justo se aproxima ao valor de mercado	Reconhece o valor justo menos as despesas de venda
	JBS	Não deixa claro	Não deixa claro
	Marfrig Global Foods	Valor justo se aproxima ao valor de mercado	Reconhece o valor justo menos as despesas de venda
	Minerva	Não se aproxima	Reconhece o valor justo menos as despesas de venda

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Por meio das notas explicativas da empresa Pomifrutas foi possível identificar que a empresa não mensura seus ativos biológicos pelo valor justo, justificando a não existência de mercado ativo para o produto comercializado. Portanto, a empresa evidencia que utiliza o custo médio não havendo a possibilidade de comparar à aproximação ao valor justo. As empresas Minerva, São Martinho, Biosev, SLC Agrícola, mensuram seus ativos biológicos ao valor justo, já que o valor destes não se aproxima do valor de custo de produção, sendo que a diferença é reconhecida como perda ou ganho em suas demonstrações contábeis. Entretanto, nas empresas BrasilAgro S.A., Terra Santa Agro S.A., BRF S.A., Marfrig Global Foods S.A., a mensuração pelo valor justo era igual ou muito próxima do valor do custo de produção de seus ativos, conforme pode ser verificado em suas notas explicativas.

Quanto ao reconhecimento da dedução das despesas de venda na estimativa do valor do ajuste a valor justo, percebeu-se que dentre as empresas classificadas no setor da agricultura apenas a Pomifrutas S.A., não deduz o valor das despesas com vendas no momento da mensuração do ativo biológico. Isto se deve ao fato de que a empresa optou por mensurar seus ativos biológicos pelo custo histórico. No setor de açúcar e álcool, a empresa Biosev S.A., não divulga em suas notas explicativas se realiza ou não, a dedução das despesas de venda no momento da mensuração do ativo biológico. Já, a empresa São Martinho S.A., reconhece a despesa com vendas conforme orientado pelo CPC 29.

Das empresas classificadas no setor de carnes e derivados, apenas a empresa JBS S.A não deixa claro em suas notas explicativas se realiza ou não, a dedução das despesas com vendas no momento da mensuração dos ativos biológicos, as demais empresas cumprem as orientações contidas no CPC 29. O registro das despesas com vendas no ajuste ao valor justo tem reflexo diretamente no resultado do exercício, porém, o não reconhecimento destas despesas afeta a confiabilidade das informações contábeis (Barros et al., 2013).

Na categoria de reconhecimento e mensuração, no requisito do reconhecimento pelo valor justo ou valor histórico, entre as dez empresas analisadas oito delas reconhecem seus ativos pelo valor justo, consoante aos resultados obtidos por Botinha, Santos & Lemes (2013), por meio de fluxo de caixa descontado, rentabilidade futura, valor de mercado e a técnica de Cost Approach. Entretanto, uma das empresas (Marfrig

Global Foods S.A.) utiliza as duas opções para o reconhecimento de seus ativos biológicos, sendo o gado bovino reconhecido pelo valor de mercado e as aves pelo custo histórico. Por fim, a empresa Pomifutas S.A., é a única empresa entre as analisadas que reconhece todos os seus ativos pelo custo histórico. Reconhecer os ativos pelo valor justo, gera caixa e equivalente de caixa, pois à medida que há a valorização por meio do crescimento e maturação é realizado o reconhecimento no período em questão (Macedo et al., 2016).

Em relação ao agrupamento dos ativos biológicos, houve dificuldade em identificar nas notas explicativas se as empresas realizaram agrupamentos dos ativos e quais foram os atributos utilizados. Porém, foi possível visualizar em algumas notas explicativas agrupamentos, quando as empresas apresentavam a divulgação dos estoques agrupados por atividade (pecuária ou agricultura), ou por produtos. O agrupamento dos ativos biológicos ou de produto agrícola facilita a determinação e a interpretação dos dados pelo valor justo, podendo estes ativos serem classificados pela idade ou qualidade (CPC 29).

No reconhecimento de ganhos e perdas pelos ativos biológicos, percebeu-se que metade das empresas está em desconformidade com a orientação estipulada pelo pronunciamento técnico CPC 29, pois não demonstram e algumas não deixam claro se o realizam e em que momento reconhece as perdas e ganhos oriundos dos ativos. As demais empresas (JBS S.A., Marfrig Global Foods S.A., BrasilAgro S.A., Terra Santa Agro S.A. São Martinho S.A) reconhecem essas perdas e ganhos, dividindo em dois principais momentos: algumas reconhecem no momento da avaliação do valor justo e outras no momento em que ocorre a redução ou aumento na receita. Nesse contexto as empresas necessitam divulgar os ganhos e perdas ocorridos no período em relação ao valor inicial do ativo biológico e reconhecer também os ganhos e perdas referentes ao ajuste do valor justo deduzindo despesas com vendas (Wanderley et al. 2012)

Quanto à divulgação dos Ativos Biológicos, o CPC 29 encoraja as entidades a fornecer uma descrição da quantidade de grupo de ativos biológicos, diferenciando-os entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos. Constatou-se assim que apenas três empresas cumpriram de acordo com o pronunciamento, consoante aos resultados de Figueira e Ribeiro (2015). Neste contexto, destacou-se a empresa BRF S.A. que cumpriu este requisito em sua totalidade separando assim seus ativos em consumíveis e de produção e em maduros e imaturos. A divulgação dos grupos de ativos biológicos classificados entre consumíveis e não consumíveis e maduros e imaturos, é relevante já que destaca quais ativos vão contribuir para o fluxo de caixa no período corrente ou em períodos futuros (Rech & Oliveira 2011).

A distinção dos ativos biológicos nas fases de processo produtivo, evidencia-se que a maioria das empresas não apresentam de forma clara em suas demonstrações as fases que se encontram seus ativos, isto se deve a limitação da pesquisa por não ter acesso às demonstrações em forma analítica. De forma que os resultados obtidos nesta pesquisa vão ao encontro dos resultados obtidos por Barros et al., (2013) e Talaska, Oliveira (2017), de que existe uma variação na divulgação entre as empresas e que nenhuma das empresas atendeu na totalidade os preceitos propostos pelo CPC 29, e com isso torna as demonstrações contábeis inconclusas, pois dificulta a avaliação dos gestores e investidores.

5 Considerações finais

Percebeu-se por meio das análises que as empresas buscam mensurar e reconhecer os ativos biológicos conforme a orientação do CPC 29. Ao analisar as notas explicativas as empresas que não reconheceram os seus ativos a valor justo se justificavam pela falta de mercado ativo ou pelo fato de o valor justo não poder ser mensurado confiavelmente, utilizando a opção de mensuração pelo custo histórico do ativo biológico. Fato este explicado devido às peculiaridades dos ativos biológicos, como exemplos a sazonalidade, a produção e o cultivo. Já, para a escolha do agrupamento de contas, não havia informações claras nas notas explicativas avaliadas, o que nos leva ao entendimento que as empresas não priorizam o fornecimento deste tipo de informações para os usuários externos, impossibilitando assim uma análise consistente das demonstrações.

Quanto ao reconhecimento das perdas e ganhos, as empresas em sua maior parte realizam este reconhecimento, em uma minoria não foi possível identificar nas notas explicativas, este fato pode ser explicado devido o procedimento de reconhecimento das perdas e ganhos já ter se tornado habitual para as empresas, as quais não identificam esta informação em suas demonstrações contábeis. Em relação à divulgação, a maioria das empresas ainda não atendem em sua totalidade às orientações do CPC 29, entretanto, há empresas que distinguem os seus ativos biológicos de forma clara e precisa.

Por fim, o quesito divulgação apresentou maior disparidade nas informações encontradas, devido à diversidade dos ativos biológicos analisados, além de níveis de divulgações distintos. Quando divulgadas informações referentes às classificações dos ativos biológicos, estas se concentram em maduros e imaturos, consumíveis e de produção, pontos estes que são expostos pelo CPC 29. Estes achados demonstram que as empresas visam atender o que é orientado pelo órgão regulador.

A limitação deste estudo relaciona-se ao fato de ser uma pesquisa documental, baseada em dados secundários disponibilizados pelas empresas. Com isso, sugere-se em pesquisas futuras, um aprofundamento das questões que motivaram as empresas a optar por tais escolhas, considerando a cultura econômica, o porte e a rentabilidade das empresa entre outros, incluindo entrevistas com os gestores das informações contábeis.

Referências

- Andrade, M. E. M. C., Silva, D. M., & Malaquias, R. F. (2013). Escolhas contábeis em propriedades para investimento. *Revista Universo Contábil*, 9 (3), 22-37. Doi:10.4270/RUC.2013320
- B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. (2019). Recuperado em: www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-Variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em 23 de ago. de 2020.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (Edição revista e atualizada). Lisboa: Edições
- Barth, M. E., Landsman, W. R., Lang, M & Williams, C. (2012) Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable? *Journal of Accounting and Economics*, 54 (1), 68–93. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2012.03.001>
- Barros, C. D. C., Souza, F. J. V., Araújo, A. O., Silva, J. D. G., & Silva, M. C. (2013). O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&F Bovespa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(3), 41-59. Recuperado em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/1424>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- Bayerlein, L., & Al Farooque, O. (2012). Influence of a mandatory IFRS adoption on accounting practice: Evidence from Australia, Hong Kong and the United Kingdom, *Asian Review of Accounting*, Vol. 20 No. 2, pp. 93-118. <https://doi.org/10.1108/13217341211242169>.
- Botinha, R. A., Santos, C. K. S., & Lemes, S. (2013). O uso das escolhas contábeis na mensuração do ativo biológico: um estudo comparativo entre companhias abertas brasileiras. In: XVI Seminário em Administração, Anais. São Paulo, Brasil, 16. Recuperado em: <http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/958.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- Botinha, R. A., Nganga, C. S. N., & Tavares, M. (2017). Escolhas Contábeis: Características das Companhias Brasileiras que Optaram pela Manutenção Versus Baixa da Reserva de Reavaliação. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 8 (3). Doi: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v8i3.335>
- Cavalheiro, R. T., Gimenes, R. M. T., & Binotto, E. (2019). As Escolhas Contábeis na Mensuração de Ativos Biológicos estão Associadas ao Perfil do Profissional Contábil?. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14 (3), 43-64. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.22029
- Crepaldi, S.A. (2012). *Contabilidade rural: Uma abordagem decisorial*. 7° ed. São Paulo; Atlas.
- Colla, P.E.B., Klein, S.B., & Zanchet A. (2019). Escolhas contábeis referentes à ativos intangíveis: uma categorização por intermédio do CPC 04. In: XIII Congresso Anpcont, São Paulo. Anais. São Paulo: Anpcont, 2019. Disponível em: http://www.anpcont.org.br/pdf/2019_CUE126.pdf. Acesso em 26 de mai. 2020.
- Collin, S. O. Y., Tagesson, T., Andersson, A., Cato, J., & Hansson, K. (2009). Explaining the choice of accounting standards in municipal corporations: Positive accounting theory and institutional theory as competitive or concurrent theories. *Critical perspectives on Accounting*, 20 (2), 141-174. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2008.09.003>

- CPC 29 - Comitê de Pronunciamento Contábil. 09. Ativo Biológico e Produto agrícola. Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em 08 de mai. 2019.
- Cunha, A. C., Martins, V. G., & Machado, M. A. V. (2013). Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 9 (4), 110-127. Doi:10.4270/RUC.2013433
- Da Silva, D. M., Martins, V. A., & Lemes, S. (2016). Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13 (29), 129-156. Doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n29p129>
- Da Silva, D. M., Martins, V. A., & Lima, F. G. (2018). Escolhas contábeis na demonstração dos fluxos de caixa em companhias listadas no novo mercado da B3. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15 (36), 143-165. Doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p143>
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, 31 (1-3), 255-307. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00028-3](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00028-3)
- Figueira, L. M., & de Ribeiro, M. S. (2015). Análise da evidenciação sobre a mensuração de ativos biológicos: antes e depois do CPC 29. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(26), 73-98. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n26p73>
- Francis, J. (2001). Discussion of empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 309-319, [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00017-9](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00017-9)
- Haller, A., & Wehrfritz, M. (2013). The impact of national GAAP and accounting traditions on IFRS policy selection: evidence from Germany and the UK. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 22 (1), 39-56. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2013.02.003>
- Jaafar, A., & McLeay, S. (2007). Country Effects and Sector Effects on the Harmonization of Accounting Policy Choice. *ABACUS*, 43 (2), 156-189. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2007.00224.x>
- Macedo, V. M., Campagnoni, M., & Rover, S. (2016). Ativos biológicos nas companhias abertas no Brasil: Conformidade com o CPC 29 e associação com características empresariais. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10 (3). Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrij/article/viewArticle/2670>. Acesso em 26 de mai. 2020.
- Melillo, P. H., Bragança, C. G., & Medeiros, R. V. V. (2018). Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - ISSN 2176-9036*, 11(1), 201-219. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2019v11n1D14344>
- Mendes da Silva, D., Aversari Martins, V., & Lemes, S. (2016). Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13 (29), 129-156. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n29p129>
- Nobes, C. (2013) The continued survival of international differences under IFRS. *Accounting and Business Research*, 43(2), 83-111. <https://doi.org/10.1080/00014788.2013.770644>
- Nogueira, D. R., & da Silva Pires, P. A. (2017). Disclosure Level of CPC 29 Biological Assets: Analysis of Determining Factors in Brazilian companies. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 20(1), 38-54. DOI: http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2017v20n1a3
- Raupp, F. M., & Beuren I. M. (2009). *Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Rech, I. J., & Oliveira, K. D. (2011). Análise da aplicação do CPC 29 e IAS 41 aos ativos biológicos no setor de silvicultura. In: V Congresso Anpcont. Anais. Santa Catarina. (pp. 1-16). Recuperado em: https://www.researchgate.net/profile/Iirio_rech/publication/268303022_analise_da_aplicacao_da_cpc_29_e_ias_41_aos_ativos_biologicos_no_setor_de_silvicultra/links/5820d45108ae12715afbd3c4/analise-da-aplicacao-da-cpc-29-e-ias-41-aos-ativos-biologicos-no-setor-de-silvicultra.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.
- Scherer, L. M., Munhoz, T. R., & Roth, T. C. (2014). Fatores explicativos da divulgação de ativos biológicos e produtos agrícolas em empresas de capital aberto e fechado. In: VIII Congresso Anpcont. Anais. Rio de Janeiro. (pp. 1-18). Recuperado em: http://www.furb.br/_upl/files/especiais/anpcont/2014/302_3.pdf?20140829185746. Acesso em: 23 ago. 2020.
- Silva, A. H. C. (2008). Escolha de práticas contábeis no Brasil: uma análise sob a ótica da hipótese dos covenants contratuais. (Tese de doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Talaska, A., & Oliveira, D. D. L. (2017). Nível de disclosure de ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA: análise pós-adoção do valor justo. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 21(3), 22-39. Recuperado em: [file:///D:/Downloads/2954-6873-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/2954-6873-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 23 ago. de 2020.
- Wanderley, C. A. N., Silva, A. C. D., & Leal, R. B. (2012). Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. *Pensar Contábil*, v. 14, n. 53, p. 53 - 62. Recuperado em: [file:///D:/Downloads/1243-2351-2-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/1243-2351-2-PB%20(1).pdf). Acesso em: 23 ago. 2020.

Watts, R. L. (1992). Accounting choice theory and market-based research in accounting. *The British Accounting Review*, 24(3), 235-267. [https://doi.org/10.1016/S0890-8389\(05\)80023-X](https://doi.org/10.1016/S0890-8389(05)80023-X)

DADOS DOS AUTORES

Luciane Dagostini

Doutoranda do PPGCONT – UFPR

Docente efetiva do curso de Ciências Contábeis da UTFPR

Endereço: Via do conhecimento, km 1.

CEP: 85503-390 – Pato Branco/PR – Brasil.

E-mail: lu.dagostini2020@gmail.com

Telefone: (46) 3220-2511

Lucas Diego Tocchetto

Especialista em Gestão Contábil e Financeira – UTFPR

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Endereço: Via do conhecimento, km 1.

CEP: 85503-390 – Pato Branco/PR – Brasil.

Email: lucastocchetto@hotmail.com.br

Pamila Eduarda Balsan Colla

Mestranda do PPGC - UNIOESTE

Endereço: Via do conhecimento, km 1.

CEP: 85503-390 – Pato Branco/PR – Brasil.

Email: pami_eduarda@hotmail.com

Contribuição dos Autores:

Contribuição	Luciane Dagostini	Lucas Diego Tocchetto	Pamila Eduarda Balsan Colla
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	x	x	x
2. Definição do problema de pesquisa	X	x	x
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	X	x	x
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)	x		
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	X		x
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	x	x	x
7. Processo de coleta de dados	x		
8. Análises estatísticas	x	x	
9. Análises e interpretações dos dados coletados	x		
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	x		x
11. Revisão crítica do manuscrito			x
12. Redação do manuscrito			X